

A Dimensão Ético-Política das Relações Públicas E Sua Práxis Comunitária: Uma Análise Ontológico-Propositiva.¹

Dados da autora:

Regina Célia Escudero César

Docente do Curso de Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Aluna do Programa de Pós Doutorado em Comunicação na Escola de Comunicação e Artes – ECA/USP. Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria Krohling Kunsch.

Resumo: Este artigo apresenta o projeto de pesquisa de doutoramento em andamento na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, que se desenvolverá numa perspectiva de análise ontológico-propositiva sobre a teoria das Relações Públicas sob a dimensão ético-política. Busca-se compreender os elementos formativos desta profissão, seu marco teórico e conceitual, problematizando sua práxis comunitária dentro de uma visão societária e de emancipação da cidadania. A comunidade selecionada como campo empírico de análise é a do Jardim União da Vitória, município de Londrina-PR.

Palavras-chave: Relações públicas comunitárias; teoria das relações públicas; público; coletivo; cidadania.

O presente trabalho apresenta a proposta de estudo que sustenta nosso projeto de pesquisa em nível de doutoramento, em desenvolvimento na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Margarida K. Kunsch, dentro da linha de pesquisa **Políticas e Estratégias de Comunicação**, parte de uma reflexão ético-política constitutiva das bases conceituais no campo das Relações Públicas, a partir do seu contexto societário de intervenção social. Pautando-se na perspectiva ontológica, a pesquisa apresenta como objeto de reflexão os paradigmas propositivos de emancipação cidadã propostos pelas Relações Públicas comunitárias como meio de contribuição social a diferentes setores da sociedade civil.

Trata-se de um estudo sobre os paradigmas e correntes teóricas das relações públicas, desenvolvendo pesquisas aplicadas de campo e bibliográfica em comunicação, buscando verificar os princípios ético-políticos que se manifestam nas seguintes categorias: de inclusão de classes e de movimentos sociais.

¹ Trabalho Apresentado ao GT ABRAPCORP 5 - Relações Públicas comunitárias, comunicação no terceiro setor e responsabilidade social do III ABRAPCORP 2009, congresso celebrado no 28, 29 e 30 de abril de 2009, em São Paulo (SP).

Por meio desta pesquisa de doutorado com bases ontológicas, pretende-se propor uma releitura conceitual e filosófica dos princípios ético-políticos das Relações Públicas. Os problemas de pesquisa, tanto teóricos quanto práticos, buscam responder por meio de pesquisas bibliográficas e de campo, às seguintes indagações: **1)** Dentro de uma perspectiva ontológica, qual a dimensão ético-política do conceito de público e de sujeito-coletivo que norteia as abordagens teóricas e práticas nas Relações Públicas no contexto dos movimentos comunitários e sociais? **2)** Quais fatores comunicacionais interferem para uma participação mais ampliada da população do Jardim União da Vitória – Londrina/PR- nos movimentos sociais desta comunidade, e sua repercussão em face dos movimentos sociais mais amplos e que têm como direção política a emancipação dos sujeitos?

Este projeto tem como temática central a dimensão ético-política da práxis do profissional de Relações Públicas, avaliada a partir de sua inserção no contexto comunitário, com vistas a uma reflexão teórico-propositiva sobre os princípios ético-políticos norteadores dos paradigmas atuais das Relações Públicas.

Pretendemos elaborar uma revisão bibliográfica sobre os seguintes conceitos: de público e privado, de individual e coletivo, da concepção de grupos e de sua hegemonia, do particular, da esfera pública e da cidadania. Tal revisão bibliográfica poderá impulsionar uma compreensão ontológico-dialética dos princípios ético-políticos que norteiam a práxis das relações públicas, para que nossas proposições sejam coerentes em seu referencial a uma práxis que incentive a emancipação dos sujeitos envolvidos na comunicação. Pretendemos construir estes conceitos dentro de um processo democrático de organização pública das relações públicas na esfera social definido hoje como a perspectiva comunitária de atuação. Acreditamos que este referencial deva ser ampliado a um contexto societário numa visão crítica e emancipadora da cidadania.

Definimos como campo de estudo os grupos (públicos) inseridos nos vários segmentos que envolvem a ação profissional, a fim de propor paradigmas teóricos que possibilitem a maior participação coletiva e igualdade de direitos e de voz dos sujeitos no processo comunicativo. Norteamos-nos para formular uma proposta inclusiva e democrática, que busca a emancipação cidadã destes públicos, sua participação consciente no processo de concretização e transformação da sua realidade, a partir de uma concepção coletiva e democrática.

Segundo CHAÚÍ (2008), democracia e ideologia democrática,

[...] Significam que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa voltada para o bem comum obtido por consenso, mas, ao contrário, que está

internamente dividida e que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente. [...] Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem sejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los. É esse o cerne da democracia. (CHAUÍ, P.404)

O acesso a estes direitos são indicadores concretos de cidadania e democracia.

No complexo societário existem diferentes esferas de responsabilidade que concorrem para garantir o estado de direitos do cidadão, sendo que cabe ao Estado suprir determinados elementos básicos: educação, saúde, segurança, e habitação. Inclui-se, neste contexto, a sociedade civil que, concomitantemente, atua sobre esta malha social a fim de garantir a viabilização das políticas públicas para emancipação da cidadania. É uma representação social pautada na sociedade civil e governo pela busca de um estado de direitos sociais coletivos, que transcendem os interesses individuais. Consolidando, assim, a cidadania como um conceito que se constrói coletiva e democraticamente.

Na sociedade existe uma malha orgânica de poder, por onde os indivíduos exercitam este poder e também sofrem suas ações. Este poder é múltiplo e é exercido nas mais diversas formas de relações cotidianas, tecendo a malha social desta rede de poderes e de múltiplos interesses. Entretanto, formalmente, tende-se a atrelar a idéia de poder ao exercido por autoridade, desprezando o poder dos sujeitos coletivos que se organizam na sociedade civil.

Faz-se necessário, pois, reconceituar o poder buscando a valorização das diferentes instâncias de poder: o poder público governamental (dos governos) e o poder público não-estatal (poder popular). E a ética que se impõe é a de estabelecer um compromisso com diferentes grupos de poder, tanto no âmbito governamental quanto no não governamental, que se manifestam na defesa de interesses gerais da sociedade, na perspectiva da valorização do público/popular. (BATTINI, p.35)

Neste contexto inserimos nossa proposição ontológica na dimensão ético-política da profissão, ou seja, levantando questionamentos sobre os conceitos e práticas das relações públicas. Segundo CHAUÍ (2008), “a realização de um estudo ontológico tem sentido quando passamos a questionar os valores, conceitos, princípios, métodos que fazem parte de nosso cotidiano”.

A ontologia toma como base para uma análise, essencialmente, o ente, o ser, o ôntico, num profundo processo de estranhamento sobre sua natureza e necessidade de desconstrução a fim de construir o novo.

Como passamos da experiência ôntica à investigação ontológica? Quando aquilo que faz parte de nossa vida cotidiana se torna problemático, estranho, confuso; quando somos surpreendidos pelas coisas e pelas pessoas, porque acontece algo inesperado ou imprevisível; quando desejamos usar certas coisas e não sabemos lidar com elas; enfim, quando o significado costumeiro das coisas, das ações, dos valores ou das pessoas perde sentido ou se mostra

obscuro e confuso, ou quando o que nos foi dito, ensinado e transmitido sobre eles já não nos satisfaz e queremos saber mais e melhor. (CHAUI, p. 205)

Sendo que é este, justamente, o momento, em que nos encontramos e que fundamenta este projeto de doutorado, trazendo à tona algumas reflexões que consideramos importantes:

- 1) Qual é o conceito de público que tem construído nossa práxis?
- 2) Qual o tipo de movimento comunitário e societário que vislumbramos?
- 3) Quais são os sujeitos coletivos que os constituem: Públicos? Cidadãos? Sujeitos protagonistas? Enfim, qual nossa concepção sobre emancipação-cidadã dentro do complexo social em que se tecem as relações públicas?
- 4) Que visão de direitos sociais (individual e coletivo) temos como trabalhadores sociais?

Assim, a noção de direito social é uma questão coletiva, que implica na tomada de responsabilidade pública pela sociedade através de seus grupos e representações sociais. Trata-se da defesa do que é coletivo, consolidando a cidadania como uma construção coletiva na busca de uma sociedade pautada na ética, na democracia, justiça, solidariedade e na defesa do que é público. Esta sociedade transcende o sujeito circunscrito aos movimentos sociais, sendo que este faz parte dos poderes não-governamentais que lutam por esta viabilização. Entretanto, em grande parte das vezes, o profissional de RP se vê como representante das forças hegemônicas que detêm o poder econômico em nossa sociedade, E, diante deste contexto, é premente a reflexão sobre o campo ético-político em que se insere este profissional e sua renovação dentro de novos paradigmas.

É fundamental neste sentido o comprometimento profissional com a mediação entre os interesses públicos e privados, dominantes e dominados. Entretanto, o peso maior destas forças contraditórias está nas mãos da classe dominante. Portanto, o projeto ético-político que propomos é dirigido à defesa dos interesses das classes populares e dos segmentos excluídos do acesso aos bens, serviços, riquezas, informações e do direito democrático da comunicação.

Pretendemos uma mudança na relação linear existente entre os pólos dominantes/dominados, público/privado, a fim de instituir uma relação circular, com hegemonia do público, por meio da democratização da informação e da visibilidade das ações e informações. Tornar público, tornar comum a muitos: COMMUNICARE.

Trata-se de uma proposta reflexiva que se constrói a partir da ruptura de paradigmas históricos e ideologicamente comprometidos com valores e normas capitalistas, apesar de todos os avanços já alcançados pela profissão.

1) Uma reflexão ontológica sobre a práxis comunitária

Vive-se atualmente um momento contraditório entre a “desterritorialização” e a “globalização”. Por desterritorialização, entende-se o processo pelo qual as pessoas deslocam a noção de espaço e tempo, vivendo sem fronteiras e num tempo contínuo. Ao mesmo tempo em que se pode participar de um mundo globalizado, cheio de diferentes oportunidades, de idéias e pensamentos, há um esvaziamento dos espaços, do sentimento e da visão de pertença.

O processo de globalização econômica está enfraquecendo os laços territoriais que ligam o indivíduo e os povos ao Estado, deslocando o *locus* da identidade política, diminuindo a importância das fronteiras internacionais e abalando seriamente as bases da cidadania tradicional. (VIEIRA, p. 245)

O conceito de cidadania esteve vinculado, tradicionalmente, à idéia de direitos individuais e de pertença a uma comunidade/nação particular. Hoje, o debate sobre esta questão ganha novas dimensões em função dos espaços globalizados existentes. A não ser em casos específicos, ser membro de uma nação não transmite identidade ao indivíduo. Atualmente os indivíduos que convivem em sociedades democráticas. Têm visões, valores, opiniões e culturas diferentes. São sujeitos de uma sociedade multiculturalista. O fato de pertencer a um Estado específico, não significa que este seja membro daquela cultura em particular. O Estado-Nação não é fonte de identidade. (VIEIRA, p.2001)

Com a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, a questão da igualdade se coloca sobre o respeito às diferenças, em lugar da igualdade e liberdade. O debate se refere ao direito à dignidade, e crimes contra a dignidade do ser humano passaram a ser definidos. A noção de dignidade está associada à noção moderna de identidade, que substitui a idéia da diferença, valorizando a identidade individual ou do grupo. A partir deste novo paradigma da cidadania, que deixa de ser territorializada para ganhar uma versão global/transnacional, é a sociedade civil que se articula em torno de interesses públicos, numa perspectiva desterritorializada e democrática.

Pode-se dizer que assim tem início um processo de globalização alternativa, exercida de baixo para cima. Esse tipo de cidadania com atuação transnacional a partir dos movimentos sociais dá hoje salvaguarda à democracia e aos direitos humanos, bem como luta pelo desenvolvimento sustentável, pela sustentabilidade e diversidade cultural. Esta nova dimensão da cidadania sustenta-se a partir do poder de organização dos movimentos sociais e da necessidade de seu fortalecimento, que só se viabiliza a partir de um processo democrático e de profunda inversão dos paradigmas éticos-políticos. Estes definem a inclusão dos diferentes indivíduos nesta nova dimensão, especialmente quando se trata das populações dos países subdesenvolvidos, como é o caso brasileiro.

Ao mesmo tempo em que esta desterritorialização possibilita a conquista pelo indivíduo a perspectivas mais amplas de pensamento, a este multiculturalismo, há forças concorrentes a este processo. É o que se denomina por uma agenda de pensamento dominante articulada de cima para baixo, ditando um pensamento unívoco sobre a diversidade. Com isto, há uma condução silenciosa das diversidades, que acabam representando este poder central/dominador.

Vivemos na conhecida “Era da Informação” que, segundo PAIVA (2003) sofre pela perda do sentido comunicacional provocado pelo excesso de informação a que esta submetida a população mundializada, desta “Era das Globalizações”. A autora rotula a mídia atual de “histórica”, criadora de um público imaterial, já que não participa de sua produção e nem da sua fala. Apresenta, assim, a comunicação comunitária como a gênese de princípios norteadores para a existência de uma “comunidade de reais” (relações concretas), atuando como meios de transformações nas relações existentes nos países terceiro-mundistas.

PAIVA (2003, p.56) afirma que a comunicação comunitária pretende-se como uma metodologia dinâmica, concreta e reivindicatória, pela qual “os indivíduos agrupados por interesses comuns podem retomar como cidadãos a possibilidade que lhes foi negada, de interferir nas decisões do poder público”.

A dinâmica neoliberal permite ao Estado seu afastamento no cumprimento de suas funções básicas, a fim de manter os serviços do setor social (educação, saúde, segurança). Assim, as populações vêm-se sem respaldo para suprir suas necessidades mais corriqueiras.

Devido à crescente exclusão criada pelo processo de globalização do capital, há um grande número de desempregados e cidadãos vindos de uma classe intermediária. Este pode ser um dos fatores do surgimento de vários movimentos em prol da cidadania, de solidariedade, que tem sido transformada em ações práticas e políticas de transformação social.

Entretanto, muitas vezes estes movimentos se colocam de forma endógena ao contexto social, não se articulando como um processo societário. Realizam-se práticas que nem sempre conseguem ascender do “reino das necessidades” para o “reino da liberdade”. Acreditamos que a comunicação comunitária como proposta metodológica engajada aos movimentos sociais pode garantir-se como elemento de sustentação para uma profunda reflexão sobre os paradigmas éticos-políticos que sustentam a profissão de Relações Públicas, suas bases conceituais e práticas de ação junto aos públicos que envolvem as suas relações, marcada historicamente como conflituosa.

A concepção de públicos de ANDRADE (1983), autor de referência na área de Relações Públicas, concebe-se dentro de paradigmas positivistas, a partir de “fórmulas matemáticas” para se organizar o conflito social que envolve os públicos.

A presença da controvérsia, a oportunidade de discussão e o aparecimento de uma decisão ou opinião coletiva marcam as características do agrupamento elementar chamado público (...), público são pessoas ou grupos organizados de pessoas, sem dependência de contatos físicos, encarando uma controvérsia, com idéias divididas quanto à solução ou medidas a serem tomadas frente a ela, com oportunidade para discuti-la, acompanhando e participando do debate por intermédio dos veículos de comunicação ou da interação pessoal. (ANDRADE, 1983, p.17 e 18).

Henriques et al (2002) propõem um tipo de concepção de público enquanto objeto de trabalho das Relações Públicas, muito próximo da concepção de cidadania, indo na contramão do que se propunha até então sobre o tema. “Deseja-se, assim, que sejam fortalecidos os vínculos destes públicos com os movimentos [sociais] e que sejam capazes de tomar iniciativas espontâneas de contribuir à causa dentro de suas especialidades e possibilidades” (HENRIQUES; BRAGA; MAFRA, 2002, p.34).

Lukács (1997), afirma a partir de MARX que “os homens fazem a sua história(...), “mas não em circunstâncias por ele escolhidas”“. Assim, segundo o autor, “o homem é um ser que dá respostas” (p.36), dentro da contradição e da unidade existente no ser social, que é a liberdade e necessidade.

Precisamente essa ligação do reino da liberdade com sua base sócio-material, com o reino econômico da necessidade, mostra como a liberdade do gênero humano seja o resultado de sua própria atividade. A liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um dom do “alto” e nem sequer um a parte integrante – de origem misteriosa- do ser humano. É o produto da própria atividade humana, que decerto sempre atinge alguma coisa diferente daquilo que se propusera, mas que nas suas conseqüências dilata – objetivamente e de modo continuo- o espaço no qual a liberdade se torna possível. (LUKÁCS, 1997, p. 37)

Fundamentalmente, o autor observa que neste contexto do salto qualitativo entre necessidade e liberdade, a consciência tem papel determinante, especialmente no plano ontológico.

O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas habilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico. (LUKÁCS, 1997, p.16-17)

Cidadania implica em atenção às necessidades básicas, mas implica também na construção do trânsito do **reino das necessidades** para o **reino da liberdade**. Isso é condição de cidadania plena.

Temos que apontar para a construção de uma nova concepção ético-política da profissão embasada em valores coletivos, fundados na garantia e construção desta liberdade, por meio da garantia do acesso à informação, da emancipação e expansão dos indivíduos sociais. Tornar público o que é do público e possibilitar a este ser sujeito-coletivo de sua realidade, transformando-a. Este sujeito passa a ser criador consciente de suas representações públicas.

Segundo Battini (1998), o processo de representação pública “significa via de duas mãos, onde representante e representado constroem a definição de interesses (...)”. (p.38)

Este espaço de representação pública é para Habermas (1984) a *esfera pública*, que é o espaço de circulação das idéias e opiniões vigentes na sociedade.

Atualmente, este espaço público tem sido palco de importantes articulações em torno de uma nova relação público/privado. Segundo NOVELLI (2007):

Esta consciência de que os destinos da sociedade podem estar nas mãos do próprio povo fez que os indivíduos privados organizados em entidades privadas, viessem a atuar de maneira a garantir o interesse público, seja na forma de organizações não-governamentais seja nas próprias empresas privadas. (in KUNSCH 2007: p.228)

Sem dúvida, esta proposta de estudo toma como base a amplitude da história das RP que já em sua nascente assumiu compromissos claros com o capital e com suas classes dominantes, escamoteando as relações de conflito existentes nas dimensões de trabalho em que prestava seus serviços.

Em dissertação de mestrado defendida na UMESP (ESCUADERO, 1991), sob o tema “Relações Públicas Comunitárias: uma exigência da sociedade civil brasileira”, analisamos as contradições existentes na metodologia das RP, claramente fundamentada sob os supostos metodológicos funcionais e positivistas. Entretanto, a história atual das RP aponta para novas perspectivas, especialmente quando se trata de RP Comunitárias, é o que ficou evidenciado em recente livro organizado por KUNSCH (2007): “Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora”. Os autores que fazem parte da obra são unânimes em reconhecer a necessidade de uma nova ética profissional, embasada em valores democráticos, emancipatórios da cidadania, solidários, articulada às questões da sociedade civil na esfera pública.

Pode-se deduzir que, enquanto a cidadania se situa na esfera estatal, a sociedade civil atua na esfera pública, onde associações e organizações se

engajam em debates e pressionam em direção a determinadas opções políticas, produzindo, como consequência, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. (KUNSCH, p. 62)

Sob uma perspectiva social e humanista é que consideramos importante que sejam fundamentados os valores éticos profissionais: que valorize a identidade profissional articulada com um projeto de sociedade mais justa e democrática; a partir de uma mediação entre a dimensão do público e do privado; baseado em valores coletivos versus os individuais.

Acreditamos que trazer tais reflexões ontológicas para a formação conceitual das RP, seja fundamental para que possamos concretizar uma práxis voltada a formação de sujeitos coletivos (públicos em RP) capazes de intervir sobre a realidade, transformando-a. Trazer os conceitos das RP comunitárias para uma realidade societária determinante para a atuação do profissional de RP. Construir um projeto social que permita um salto de qualidade e de liberdade do homem dentro dele, atuando numa perspectiva de construção coletiva.

Daí o imperativo ético-político, logo, coletivo, de uma forma cognitiva crítica, não para simplesmente aumentar o potencial interpretativo de atores individualizados do estamento intelectual (professores, escritores etc.), e sim para possibilitar uma “intervenção” politicamente transformadora, por parte de minorias e grupos de militância no campo da apropriação popular dos meios de comunicação. (SODRÉ, p.22)

Entretanto, ao se colocar este projeto ético-político como uma proposta para construção de um novo *ser e fazer as RP* nos deparamos com algumas reflexões que às vezes nos impedem de avançar, especialmente porque esta noção de liberdade coloca-se de maneira quase que irrealizável para o profissional de RP diante das suas condições objetivas de realização impostas pelo seu contexto paradigmático de intervenção social.

Ela [a liberdade] pode, por exemplo, se colocar como um fosso intransponível entre o nosso desejo de transformar e as condições objetivas que envolvem o fazer profissional. Sentimo-nos, então, diante da ausência de liberdade, atados ora pela impotência e pela resignação, ora pela visão fatalista e determinista das circunstâncias. (PAIVA & SALES, p. 182)

Diante de tantas dificuldades existentes no dia-a-dia do profissional de RP, como: diferenças entre os públicos que vão além do nível de informação, mas perpassam mesmo pelas condições mais básicas de vida; dificuldades internas nas relações de trabalho; conflitos presentes e históricos entre as classes trabalhadoras e patronais; é premente a construção deste novo paradigma de engajamento profissional nos vários grupos da sociedade civil, fundamentado na ampliação do conceito do que é público e deste como cidadão coletivo na perspectiva de intervenção propositiva das RP, na e com a sociedade civil.

A proposta comunitária das Relações Públicas embasa este trabalho, uma vez que o termo comunidade não é tratado aqui no sentido estático dado pelos sociólogos funcionais e positivistas, mas encontra-se em constante movimento, com diversidade cultural e de valores.

Peruzzo (2003) apresenta o conceito de comunidade indo além de sua proximidade geográfica, e mostra a necessidade do envolvimento de seus membros por meio de uma participação efetiva na construção de sua história. Comunidade pressupõe a existência de uma proximidade – que pode ser geográfica, mas que não se limita a ela – e de elos profundos entre os membros, como o sentimento de pertença, identidade e comunhão de interesses.

Acredita-se que um conceito de comunidade se constrói dialeticamente, dentro de um contexto societário amplo, onde o convívio entre a diversidade e heterogeneidade faz parte desta realidade comunitária. O ser histórico, social, participante e sujeito é, como diz Paiva (1998), interativo ao todo social, é um “ser-em-comum”, cidadão em seu contexto, não aquele idealizado pelos manuais, mas que atua sobre sua realidade, transformando-a dentro de suas possibilidades e limites, no se dia-a-dia mais corriqueiro.

Este “ser-em-comum” traz embutido o conceito de cidadania, pois se comporta como um sujeito social comprometido e articulado na formação/transformação de sua realidade. É finalmente este “indivíduo-coletivizado” conhecido como cidadão e que vive em um espaço comum chamado comunidade, o que pode garantir a continuidade de nossa espécie neste planeta, pois somente esta visão coletiva é que possibilita ao homem o seu bem estar e das gerações futuras. “Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais.” (ARENDDT, 2004, p. 64).

É clara a existência de iguais e desiguais dentro da sociedade, ou de organizados e desorganizados. Ao pólo dos iguais, organizados, corresponde aquela parcela da sociedade já historicamente articulada, com poder de representação (igreja, meios de comunicação, empresas, ou seja, a elite privilegiada brasileira); já o pólo dos desiguais é representado pelo segmento social pouco organizado, não apenas por força de uma acomodação natural, mas também como resultado da poderosa e constante domesticação exercida pela classe dominante. “Na verdade, trata-se de um processo histórico de opressão, que conseguiu ‘domesticar’ a sociedade a seu gosto, podendo chegar ao cúmulo de tornar o assistencialismo uma necessidade vital”. (DEMO, 1988, p. 32).

A comunicação comunitária concebe-se idealmente como prática voltada a dar vez e voz aos oprimidos por meio de procedimentos alternativos de comunicação na busca do estabelecimento da cidadania entre seus agentes. Possui uma característica emancipatória, no sentido de que estimula a autonomia dos sujeitos que nela interagem, frente à recepção e produção dos meios de comunicação. É uma via de mão dupla, pautada na comunhão entre sujeitos iguais que participam e transformam seu próprio contexto, dialeticamente. Este

envolvimento gera compromisso e amadurecimento do movimento e de seus membros, bem como dos profissionais que atuam dentro dele.

Considera-se imprescindível à comunicação comunitária a existência do processo de “interação face-a-face” definido por Thompson (1998) como uma forma de comunicação que necessita “ocorrer num contexto de co-presença” e ter um “caráter dialógico” (THOMPSON, 1998, p. 78).

Nesta modalidade de comunicação, na qual os indivíduos necessitam partilhar do mesmo espaço temporal para que ela se concretize, seus objetivos adquirem uma dinâmica adequada para o estabelecimento das relações de comunicação nos ambientes comunitários. Trata-se de um processo que retorna às bases da comunicação sem os suportes tecnológicos e midiáticos que hoje criam a sociedade globalizada. Pode-se dizer que, por meio desta interação face-a-face, tenta-se resgatar a importância dos vínculos entre os sujeitos da comunicação.

Segundo Wolton (2006), salvar a comunicação significa admitir que ela não se confunda com a informação, porque diz respeito à relação sempre difícil, com o outro. Comunicar significa, de qualquer modo, ir além das mensagens e das técnicas, por mais sofisticadas e sedutoras que se apresentem. Significa recordar, modestamente, a dimensão humanista da comunicação e aceitar os riscos da incomunicação. Significa também criticar as ideologias que a veiculam e todos aqueles que, sem vergonha, a utilizam ao mesmo tempo em que a desvalorizam. Salvar a comunicação significa, finalmente, defender o ideal democrático e compreender que comunicar e coabitar fazem parte dos maiores desafios da humanidade neste século XXI.

A comunicação para a cidadania é a proposta que tem sustentado nosso trabalho de pesquisa e extensão na Universidade Estadual de Londrina nos últimos anos. Especificamente no Jardim União da Vitória, bairro localizado na periferia da zona sul de Londrina, a experiência iniciou-se em 1995 com o projeto de extensão “Comunicação para a Cidadania”, CÉSAR (1995) vinculado à ONG PEART- Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário. Segundo pesquisa realizada no Bairro em 2001, por nossa equipe de projeto de pesquisa desenvolvido na UEL (CÉSAR, 2001), o bairro União da Vitória, atualmente com 16.000 habitantes: dos 46% dos elementos economicamente ativos da amostra, observa-se que 56% são adultos homens e 34% adultos mulheres. Este número é seguido por jovens (masculino e feminino) com um percentual de 7,31%, enquanto que os idosos correspondem a 3,24%.

As famílias têm renda per capita mensal inferior a R\$ 90,00. O que, segundo o IBGE, é definido como uma situação financeira abaixo da linha de pobreza. Existem entre 1 e 8 pessoas desempregadas na casa, o que equivale aproximadamente a 56% das residências pesquisadas. Dentre estas famílias, 74% dos desempregados são adultos e 339 famílias possuem 1 pessoa desempregada independente da faixa de idade, o que corresponde aproximadamente a 80% das residências com desempregados. Os outros 20% correspondem a mais de uma pessoa desempregada na família. A taxa de desemprego em relação às pessoas economicamente ativas da amostra (71%) é de 25%, superior à taxa nacional que é de 13%.

Em nossa prática extensionista junto ao PEART, trabalhamos na perspectiva da educação informal, com o objetivo de educar um grupo de moradores sobre a Comunicação como veículo de informação. Partiu deste grupo a intenção de produzir um jornal de bairro como um veículo de comunicação que pudesse expressar a realidade daquela comunidade, excessivamente carente e marginalizada. Criou-se então o “Boca do Mundo”, um jornal simples, no formato de sulfite dobrado, com tiragem bimestral de 2000 exemplares e distribuído gratuitamente nas casas do bairro e para algumas lideranças da sociedade civil.

No ano de 2001, atendendo à solicitação de lideranças do Jardim União da Vitória, desenvolveu-se, junto àquela comunidade, um novo projeto de pesquisa (CÉSAR, 2001) que identificou as necessidades (incluindo infra-estrutura, emprego, dentre outras) mais prementes dos moradores e identificamos o perfil da sua população economicamente ativa, conforme relatado acima. Um novo grupo de moradores foi formado para a discussão dos objetivos, problemas, estratégias e instrumentos para pesquisa que seria iniciada. Alguns voluntários dentre os próprios habitantes foram então treinados para aplicação de questionários, que por fim diagnosticou a questão do desemprego como principal mazela a ser combatida ali. Tal resultado teve grande repercussão na mídia londrinense, com a sensibilização de vários setores da sociedade, resultando em várias iniciativas do poder público e do empresariado no sentido da geração de empregos para aquela população.

A partir dessa pesquisa, iniciou-se um projeto de extensão (JURCKVICZ, 2005), que busca viabilizar novas parcerias no sentido de fomentar a capacitação da população desempregada e gerar novos empregos. A primeira delas foi estabelecida com o programa Economia Solidária, projeto da Secretaria de Ação Social do Estado realizado pelos órgãos municipais que busca a organização do trabalho coletivo nas comunidades. Atuou-se na perspectiva de qualificação para o mercado, conscientização sobre o trabalho coletivo e organização comunitária.

A comunicação em prol da cidadania faz parte da agenda de discussões daqueles que estão comprometidos em dar um enfoque a esta área mais apropriado às demandas sócio-econômicas de países do Terceiro Mundo. Sociedades que, em plena era da globalização, podem ser consideradas à parte de uma realidade controlada pelos grandes conglomerados da comunicação. Segundo Thompson (1998), o Brasil é um país consumidor dos produtos da sociedade globalizada, interage com ela, mas não atua na sua arena global. A era da globalização da informação e comunicação é um fenômeno social e também excludente e desigual, pois beneficia mais a uns países do que a outros, incluindo algumas partes do mundo de forma mais rápida do que outras.

No âmago da questão, o que está colocado, falado de modo claro e sintético, é a premência do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade. O desenvolvimento só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola-mestra o ser humano. (PERUZZO, 2003, p. 256).

Sob esta perspectiva, pretendemos fazer uma reflexão sobre a nossa prática nesta comunidade de forma a colaborar com a emancipação cidadã de seus sujeitos, ultrapassando o reino das necessidades para o da liberdade. Nossa análise será junto aos espaços públicos existentes no Jd. União da Vitória, problematizando a respeito das formas de participação da população dentro destes espaços, que hoje está restrita a grupos governamentais e de lideranças hegemônicas, sem uma efetiva participação pública. Por meio da comunicação, acreditamos que é possível fomentar discussões e organizações de grupos na população em torno de questões de interesse público, coletivas. O acesso à informação sobre a realidade em que vivemos, nos torna sujeitos de nossa história, capazes de transformá-la.

Entendo a comunicação como importante veículo de transformação da práxis social, será este o sentido de nossa contribuição teórico-política junto aos grupos e população desta comunidade e dos profissionais de Relações Públicas preocupados com a transformação social.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Candido Teobaldo de Souza. **Para entender relações públicas**. São Paulo: Loyola, 1993.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BATTINI, Odária (org). **Assistência Social**: contextualização, representação, práticas. São Paulo: Veras Editora, 1998.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

CESAR, Regina Escudero. et al. **Comunicação para a cidadania**: uma experiência compartilhada com o PEART. Londrina, 1995. Projeto de extensão concluído pelo Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.

CESAR, Regina Escudero et al. **Elaboração, aplicação e disseminação de campanhas de opinião pública como estratégia de relações públicas**. Londrina, 2001. Projeto de pesquisa concluído pelo Departamento de Comunicação, Matemática Aplicada e Estatística e Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina.

CESAR, Regina Escudero. Relações Públicas frente ao desenvolvimento comunitário. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 32, p. 89-112, 1999.

_____. Movimentos Sociais, comunidade e cidadania. In: **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação dialógica em uma perspectiva dialógica e transformadora**. KUNSCH, Margarida M. Krohling, KUNSCH, Waldemar Luiz (organizadores). São Paulo: Summus, 2007.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.

ESCUADERO, Regina Célia. Relações Públicas comunitárias. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 15, p. 145-163, nov. 1987.

_____. **Relações Públicas Comunitárias**: uma exigência da Sociedade Civil Brasileira. 1991. 235 Dissertação de Mestrado – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

HABERMAS, Juergen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos**, n.18, p.103-114, set. 1987.

HENRIQUES, Márcio Simeone. (org.) **Comunicação e estratégias de comunicação social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

JURCKVICZ, Maristela Romagnole. et al, **Empregabilidade: uma questão de cidadania-articulação comunitária na busca de espaços formais para a população do bairro União da Vitória através da parceria comunidade e Universidade Estadual de Londrina**. Londrina, 2004.

Projeto de extensão em andamento no Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.

KUNSCH, Margarida M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Relações públicas e modernidade**. São Paulo: Summus, 1997.

_____. Sociedade civil, multicitadania e comunicação social. **Relações públicas comunitárias**. p.59-77. São Paulo: Summus, 2007.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Ontologia social, formação profissional e política**. n.1, mai, 1997. p. 8-45.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PAIVA & SALES. A nova ética profissional: práxis e princípios. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. p. 174-208. São Paulo: Cortez, 2001.

NOVELLI, Ana Lucia. Relações públicas e as novas fronteiras entre o público e o social. **Relações públicas comunitárias**. p. 224-236. São Paulo: Summus, 2007.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Relações Públicas no modo de produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 1982.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.

SODRE, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**. p.15-26. n.1, out., 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

